

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA  
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O CURRÍCULO NA EJA: DA PRESCRIÇÃO À  
COMPREENSÃO**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Sueli Teresinha da Silva**

**Sapiranga, RS, Brasil**

**2013**

# **O CURRÍCULO NA EJA: DA PRESCRIÇÃO À COMPREENSÃO**

**Sueli Teresinha da Silva**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para  
obtenção do título de:  
**Especialista em Gestão Educacional**

**Orientador: Profa. Dra. Cristiane Ludwig**

**Sapiranga, RS, Brasil**

**2013**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Curso de Pós-Graduação a Distância  
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**O CURRÍCULO NA EJA: DA PRESCRIÇÃO À COMPREENSÃO**

elaborada por

**Sueli Teresinha da Silva**

como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

Orientador: Profa. Dra. Cristiane Ludwig

Profa: Sueli

Profa: Roseane

Profa: Micheli (suplente)

**Sapiranga, 2013**

Era uma família grande, todos amigos. Viviam como todos nós: moscas presas na enorme teia de aranha que é a vida da cidade. Todo dia a aranha lhes arrancava um pedaço. Ficaram cansados. Resolveram mudar de vida: um sonho louco: navegar! Um barco, o mar, o céu, as estrelas, os horizontes sem fim: liberdade. Venderam o que tinham, compraram um barco capaz de atravessar mares e sobreviver tempestades.

Rubem Alves

## RESUMO

### O CURRÍCULO NA EJA: DA PRESCRIÇÃO À COMPREENSÃO

AUTORA: Sueli Teresinha da Silva

ORIENTADORA: Cristiane Ludwig

A temática do presente trabalho gira em torno da discussão do currículo na EJA. O tratamento à temática parte da análise do Projeto Político Pedagógico e convida a gestão para repensar possibilidades do currículo na EJA. O objetivo a ser alcançado com este estudo é analisar de que forma a gestão planeja o currículo para esta modalidade priorizando suas necessidades e valorizando seus conhecimentos e suas especificidades. Assim, problematiza-se: de que forma a gestão articula o currículo na EJA? E ainda, como ela mobiliza a comunidade para construir o currículo para a EJA? Como forma de contemplar o objetivo e o problema proposto nessa pesquisa, buscou-se referendar autores como, Andrade (2004), Freire (2002), Gómez (1998), Libâneo (2008), Sacristan (1998), Veiga (1998), entre outros autores que abordam a temática desse trabalho. O currículo para a EJA precisa estar em sintonia com as novas configurações do perfil do aluno da EJA. Esse quadro impõe redimensionar a organização da escola para a EJA. Nessa tarefa, cabe a gestão da escola - que é sua comunidade, professores, alunos, pais e funcionários -, a repensar esse currículo adequado à realidade dos alunos da EJA. Mas isso demanda outro princípio, que é o de políticas públicas voltadas para valorização da escola, do professor, pois esse trabalho exige preparo, dedicação, tempo, infraestrutura, entre outros. Ora, tais contornos representam as duas faces de uma mesma moeda. Ainda que intenso e com limitações, a identificação e a importância do currículo e do trabalho com a EJA são reconhecidos pelos professores entrevistados. No entanto, se para planejar um currículo compreensivo, é preciso olhar, respeitar e reconhecer as múltiplas realidades dos alunos da EJA, também é preciso olhar, respeitar e principalmente, valorizar a função do professor da EJA a fim de que ele possa cumprir com a função educativa da escola, provocando a reconstrução das experiências por parte dos alunos da EJA. Portanto, é possível concluir que tais elementos compõem algumas das condições importantes para o redimensionamento da configuração compreensiva do currículo para a EJA.

Palavras chave: EJA. Currículo. Políticas Públicas. Projeto Político Pedagógico. Gestão.

## **ABSTRACT**

### **THE SYLLABUS IN THE YOUNG AND ADULTS TEACHING: FROM PRESCRIPTION TO COMPREHENSION**

This study aims at presenting the discussion about the Syllabus in the Young and Adults Teaching. This subject matter chosen is a result of analysis about Pedagogic Political Project and invite members of scholar management to think new possibilities while Syllabus in the Young and Adults Teaching. The focus of this paper is a reflection of how schools could plan the Syllabus to this specific course in order to correspond needs and interests, thus, value knowledge's students. Then, this study point to some questions: How does school management deal with The Syllabus in the Young and Adults Teaching? Thus, how does the community participate to construct a new Syllabus? As the way to contemplate the objective proposed, it is essential refers to important authors such as Andrade (2004), Freire (2002), Gómez (1998), Libâneo (2008), Sacristan (1998), Veiga (1998), and others authors that deal with this same subject matter. The Syllabus in the Young and Adults Teaching needs to be linked with the student's profile. Considering the context, it demands a different school organization. Therefore, is a role of school management, which is community around, teachers, students and school workers, to think the Syllabus and make needs changes in order to become as a part of students reality. The development of the Syllabus requires other principle, which is Public Politics, related to value school and teachers once this task demands preparation, dedication, available time and infrastructure. These aspects represent the both sides. Although the limitations, teachers realize the importance of specific Syllabus to Young and Adults Teaching. However, if to plan a Syllabus is necessary to respect and identify the multiple student's realities, it is essential value the teacher who deals with Young and Adults Teaching too in order this professional could perform the school function, which is responsible for experiences reconstructions by students from Young and Adults Teaching. Finally, is possible conclude that these aspects compose some important conditions to make changes according to the comprehension about a specific Syllabus to Young and Adults Teaching.

Key words: Young and Adults Teaching. Syllabus. Public Politics. Political Education Program. Management.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>14</b>
<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA EJA .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>23</b>
<b>A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: QUAL O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR?.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>34</b>
<b>A GESTÃO E A DIMENSÃO COMPREENSIVA DO CURRÍCULO NA EJA: PARA ALÉM DAS BASES PRESCRITIVAS .....</b>	<b>34</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO A – ENTREVISTA PARA GESTORES .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO B – ENTREVISTA COLETIVA PARA ALUNOS .....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa refletir sobre a caminhada da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ensino fundamental, que vem crescendo gradativamente em nosso país. O interesse por essa temática se deu porque a demanda de alunos que estudam nessa modalidade vem aumentando nas escolas e embora as Políticas Públicas, assim como a LDB, preveem garantias e qualidade na educação, na prática as condições ainda são desafiadoras. Um desafio a ser conquistado com ações específicas da gestão escolar.

Nesse sentido, o trabalho busca costurar o fazer pedagógico entre a gestão, o Projeto Político Pedagógico e o currículo direcionado aos alunos da EJA, tendo em vista o diagnóstico de que esse contingente ainda sofre com a adaptação pura e simples do currículo do diurno, entre outros aspectos. O risco desse tipo de adaptação reside no fato de que o público da EJA é diferenciado e pode não se enquadrar nas concepções, nos projetos de vida e de trabalho, nas vontades, nos valores que anseiam os alunos do diurno e vice-versa. Acredito que essa configuração se tece por duas razões relevantes: a primeira é a falta de formação continuada para professores da EJA e a segunda por uma tímida mobilização da escola em ações pedagógicas, administrativas e financeiras destinados a este público que a cada dia, dada a realidade complexa da nossa sociedade, vem sendo desafiada por novas configurações.

Assim, a ausência de ações específicas para os alunos da EJA acaba limitando o espaço da escola para esse público, como por exemplo: a infraestrutura, os recursos humanos, o debate para repensar o PPP, entre outros. Assim, em muitas escolas, biblioteca, salas de encontros pedagógicos, entre outros espaços, se encontram fechados, pois faltam recursos humanos e financeiros para ofertar um trabalho de dimensão formativa aos alunos da EJA. Ou seja, um trabalho pedagógico voltado para essas novas configurações que se tecem na EJA.

Certamente que o público da EJA de alguns anos atrás, já não é mais o mesmo nos tempos atuais. Esse cenário impõe novos desafios à gestão<sup>1</sup> da escola. Assim, problematiza-se: de que forma a gestão articula o currículo na EJA? Ainda, como ela mobiliza a comunidade para construir o currículo para a EJA? Diante desse questionamento, o objetivo a ser alcançado com este estudo é analisar a concepção de currículo que a escola pesquisada desenha no seu PPP para a EJA.

A história da EJA iniciou-se na década de 40 em razão dos altos índices de analfabetismo no País. Porém, foi com a Constituição de 1988 e principalmente pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9.394\96) - dando ênfase nos artigos 2º, 4º e 5º, que tratam dessa educação sob o ponto de vista do ensino fundamental -, que o Estado firmou um compromisso com a EJA. Assim, com a Constituição, abriu-se espaço para aqueles que não tiveram acesso, na idade própria, a ter o direito à educação, buscando realizar a justiça social com essa demanda até então pouco assistida legalmente. Com isso, foi possibilitado oferecer a esse público mais do que uma certificação, mas devolver a eles o direito de sonhar, de buscar uma profissão, de se sentirem de fato cidadãos. Um direito como coloca Paiva (2006), de uma democracia e um valor assumido pela sociedade, de lutas e conquistas da igualdade de seres humanos, principalmente na EJA.

Desse modo, na LDB, a EJA é descrita como uma modalidade específica da educação básica de ensino para jovens e adultos. Inicialmente foi destinada à inclusão escolar de pessoas que, por uma razão ou outra, não tiveram acesso ao ensino regular. Pessoas essas que foram excluídas da educação durante sua infância ou adolescência e estão retornando aos bancos escolares, em busca de um futuro melhor. No entanto, na atualidade, o quadro da modalidade de ensino para jovens e adultos está sendo desenhado por outras razões, que não aquela dos que não tiveram acesso na idade própria. A imagem dessa modalidade é retratada por adolescentes evadidos do ensino regular. Tal retrato é delineado por fatores como a necessidade de trabalho no período diurno, além de problemas como indisciplina, baixa-estima, estigmatizados por desempenho insatisfatório, entre outros aspectos, que leva os alunos a desistir do ensino regular e a ingressar na EJA. O que induz a constatação de que a exclusão está ainda presente hoje na realidade brasileira.

---

<sup>1</sup> É importante salientar que também cabe as Políticas Públicas, tanto municipal, estadual, federal, abrir os olhos para a realidade latente da EJA. Muito pouco vai adiantar a mobilização da gestão da escola se essas instâncias não se atentarem às lacunas que muitas escolas enfrentam por ficar a margem do mínimo necessário para a escola desenvolver um trabalho com dimensão qualitativa.

Sinais de uma sociedade, de uma escola e de uma política pública que, talvez, não estão sabendo escutar a voz de seus jovens estudantes e de suas reais necessidades, vontade e anseios. Tal diagnóstico pode ser reflexo, portanto, da sociedade desigual, das políticas públicas que não atentam para as necessidades dessa modalidade e das escolas que não tem um currículo próprio, que adaptam conteúdos do ensino regular, por vezes infantilizados, para trabalhar com seus alunos. Libâneo (2008, p. 51), destaca que:

A escola contemporânea precisa voltar-se para as novas realidades, ligar-se ao mundo econômico, político, cultural, mas precisa ser um baluarte contra a exclusão social. A luta contra a exclusão social e por uma sociedade justa, uma sociedade que inclua todos, passa pela escola e pelo trabalho dos professores. Propõe-se, para essa escola, um currículo centrado e críticos, na formação geral e continuada de sujeitos pensantes e críticos.

Pensando no retorno à escola por parte de todos os alunos que configuram esta modalidade de ensino e, principalmente, na escola pesquisada, percebe-se a necessidade de ter um currículo próprio, que se aproxime da realidade desses alunos. Construir esse currículo específico para a EJA significa pautar nas necessidades e vivências desses alunos, respeitar seus saberes, debatendo seus conhecimentos em articulação com os conteúdos, princípios esses que tanto Freire (2002) defendia.

Certamente, é um grande desafio para a gestão da escola a reorganizar o currículo da EJA, a fim de que professores da EJA consigam trabalhar com a heterogeneidade de culturas, de idades, de interesses. A necessidade da reconfiguração do currículo da EJA nos faz enxergar que não é mais possível ficarmos presos a uma homogeneidade de currículo diurno e noturno.

No entanto, a elaboração e a implementação do currículo específico para a EJA, ainda que haja a efetiva participação de todos os sujeitos envolvidos – profissionais, famílias e comunidade -, não se apresenta de modo fechado, acabado, necessitando reciclar-se constantemente e levando em conta cada contexto. Com isso, fica evidente a preocupação com o contexto histórico-social do currículo, uma vez que está situado num momento e num lugar determinados, dos quais refletem valores e concepções.

Assim, a pesquisa procura estudar o Projeto Político Pedagógico e como a gestão da escola contempla o currículo para a EJA. Isso porque o PPP deve ser o

filio norteador da escola sonhada por todos, em que professores e estudantes se constituem aprendizes e aprendentes, praticando a cidadania. Logo, repensar como foi construído o PPP, as ações articuladas pela gestão para a Educação de Jovens e Adultos, os desafios que se impõe para construir um currículo com identidade para estas pessoas, são alguns aspectos que movem esta pesquisa.

No tocante ao PPP, entendemos que, embora cada secretaria de educação elabore seu projeto político-pedagógico, este projeto representa, no entanto, uma proposta para as escolas. Para além de reproduzir, completar ou copiar o projeto mais amplo, as escolas necessitam também elaborar seus próprios projetos, seu próprio currículo, como para a EJA, por exemplo, envolvendo todos os atores que exercem a prática pedagógica no cotidiano escolar.

Dessa forma a proposta curricular na EJA necessita considerar as relações escola-comunidade e o retrato cultural dos alunos, produzindo uma prática educativa articulada da teoria com a prática, tendo o educando como sujeito do processo de aprendizagem. A inserção dos jovens e adultos no processo educativo de desenvolvimento como cidadãos produtivos demanda ações educativas que considerem que escolarização constitui instrumento indispensável à construção da sociedade democrática, porque tem como função a socialização daquela parcela de saber sistematizado que constitui o indispensável à formação e ao exercício da cidadania (Libâneo 1994). Dessa forma o currículo não pode estar defasado e muito menos adaptado do diurno para o noturno, tampouco pode ser prescrito para todos os alunos da escola, não respeitando suas especificidades e experiências de vida e aprendizagens.

A proposta curricular da EJA precisa ser entendida como referencial para a organização do trabalho pedagógico. Com respeito à concepção pedagógica própria e à pluralidade cultural brasileira, portanto aberta, flexível e adaptável à realidade dos alunos. Um currículo que contemple os princípios e objetivos da educação, centrando o processo de reflexão no tipo de pessoa e na sociedade que se deseja formar e a inclusão de atividades para a formação profissional. Essa concepção de currículo para a EJA valoriza o ideal de educação popular, e destaca o valor educativo do diálogo e da participação, do saber dos alunos e estimula um desempenho inovador dos gestores.

Tomando o fio condutor dessas questões, a pesquisa se propõe a compreender a ação pedagógica na escola e como professores e alunos percebem o currículo no espaço escolar. No entanto, esta pesquisa não esgota as questões levantadas pelo estudo, apenas planta-se a semente de uma proposta curricular específica, ainda que não pronta e fechada. Na tentativa de mudança e de cidadãos mais autônomos, visando uma reflexão mais atenta de todos os que trabalham na educação.

Sendo assim, as reflexões expostas para compreender a temática da pesquisa se dividem em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a história da EJA no Brasil e na escola pesquisada. Para isso, parte da legislação nacional que serviu de suporte teórico à pesquisa, apoiando-se na Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases/1966, além das Políticas Públicas direcionadas a este público.

O segundo capítulo apresenta a análise do PPP da escola pesquisada e o aporte teórico, referendando autores como: Barbosa (1999), Dourado (1998), Veiga (1998), dentre outros. A concepção de currículo na EJA está embasada em alguns pesquisadores como Freire (2002), Vasconcelos (2009), Libâneo (2008) e na LDB. Também nesse capítulo é trazida a importância da gestão escolar para a EJA. A escola apoiada na gestão democrática pode auxiliar a redimensionar as problemáticas e a alternativas que precisam ser enfrentadas na EJA.

O terceiro e último capítulo descreve a metodologia usada na pesquisa, a abordagem e os instrumentos de pesquisa. Também é apresentada a análise reflexiva dos dados coletados e as considerações finais do trabalho.

## **CAPÍTULO 1**

### **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS DA EJA**

Este primeiro capítulo inicia apresentando um breve relato sobre a caminhada histórica da EJA no Brasil, as evoluções e os entraves desta modalidade. Além disso, também expõe a legislação brasileira e as políticas públicas que veem sendo propostas para garantir o ensino da EJA. Ao final das reflexões desse capítulo, é trazido o histórico da escola pesquisada, a quantidade de turmas e como é organizada a EJA neste espaço.

#### **1.1 Um pouco da história da EJA no Brasil**

A história<sup>2</sup> da Educação de Jovens e Adultos é recente em nosso país. Desde o Brasil Colônia se falava na educação da população não infantil, referindo-se a população adulta, pois assim como as crianças, elas também precisavam ser doutrinadas. No entanto, essa preocupação girava em torno de uma preocupação de caráter mais religioso do que educacional. E ao longo da história a Educação de Jovens e Adultos, realizou-se como prática social em instituições formais ou não.

Com o passar dos anos o desenvolvimento industrial brasileiro contribuiu para a valorização da educação de adultos por vários motivos diferentes. Entre eles, pode-se citar o domínio da língua falada e escrita para uma melhor preparação profissional, como ascensão social, ampliação de votos entre outros.

Em 1940, frente aos altos índices de analfabetismo no País, a educação apenas de adultos começa a ganhar forma, a partir da criação de um fundo destinado à alfabetização e a educação da população adulta analfabeta. Ao final da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, há um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos e com a criação da UNESCO (Organização das Nações

---

<sup>2</sup> O texto que embasa a parte histórica da EJA está embasado no/as autores/as: Paiva, Mec, Constituição Federal, LDB e Cunha.

Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), solicitam-se aos países integrantes esforços no sentido de se educar a população adulta analfabeta.

Com a pedagogia de Paulo Freire, no início dos anos sessenta, a Educação Popular que se articulava á ação política junto aos grupos populares em 1964, foi aprovado o plano Nacional de Alfabetização. O Brasil deveria ser orientado pela proposta inovadora de Paulo Freire, a educação como instrumento de mudança social. Dessa forma, a educação na sua visão mais ampla, necessita possibilitar a leitura crítica do mundo. Em relação ao papel da educação, para Paulo Freire (2002, p. 72) a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler.

Com o golpe militar de 1964 houve uma ruptura nesse projeto que buscava alfabetizar a população pautada em sua ação conscientizadora, uma vez que foram percebidas como ameaça à ordem instalada pela revolução. Somente em 1967, o governo retornou com esta ação lançando o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). A atuação do Mobral voltou-se para a população analfabeta entre 15 e 30 anos, objetivando uma alfabetização funcional e surge como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos. Campanhas que agrupavam pessoas com conhecimentos e bagagens distintas decorridas das vivências no campo familiar, social e do trabalho. Com o golpe militar a alfabetização se restringe a um exercício mecânico de aprender a ler e escrever o nome. No que diz respeito ao período da repressão política no Brasil, em 1964 o país entra em uma nova fase da sua história. E durante anos o Brasil viveu um regime de governo militar. Esse período foi marcado pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar. Além disso, esse período foi caracterizado como Anos de chumbo. Para Cunha e Góes (2002) a ditadura militar lançou por terra o conceito de democracia e de liberdade individual em nosso país. No sistema educacional, decretou o fim dos movimentos de educação e cultura popular. Educadores e aliados, comprometidos com a mudança, foram cassados, presos e torturados.

Na década de 70, houve expansão do Mobral e muitos alunos prosseguiram seus estudos concluindo seu curso (CUNHA, 2009). Segundo Cunha e Góes (2002), havia um forte entusiasmo pelo Mobral por parte de pedagogos da ditadura e dos

economistas e militares disfarçados de educadores que ignoravam que o analfabetismo somente foi superado pela expansão das oportunidades de ensino público e gratuito, acompanhados por significativas melhorias do padrão de vida das classes populares.

Paralelamente, grupos que atuavam na educação popular continuaram a alfabetização de adultos dentro da linha iniciada por Paulo Freire. Na percepção desse autor, os conceitos de alfabetização e educação, estão muito próximos, para não dizer que se confundem. Pois alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. É um norteador que resulta numa postura autônoma do homem sobre seu contexto. Por isso não pode se fazer de cima para fora, nem de fora para dentro, como uma doação, mas de dentro para fora pelo aluno em alfabetização e auxiliado pedagogicamente pelo professor. Assim, o professor precisa estar comprometido com o educando, trazendo uma metodologia adequada, além de buscar participar de forma ativa e crítica, deixando sua marca sem alienação, de possibilitar ao aluno a criação do novo. Para a formação crítica do aluno é fundamental o trabalho pedagógico do professor. Como diz Freire (1996, p. 95):

Como professor, tanto lido com minha liberdade quanto com minha autoridade em exercício, mas também diretamente com a liberdade em exercício, mas também diretamente com a liberdade dos educandos, que devo respeitar, e com a criação de sua autonomia bem como os ensaios de construção de autoridade dos educandos.

Nesse contexto, o papel do professor é buscar dialogar com o aluno da EJA sobre situações concretas, oferecendo meios com os quais possa aprender, como sujeito e não como objeto de sua educação. Quanto à educação como uma proposta nova, transformadora, não discriminatória, mas promotora de cidadania, convém ponderar que em 1960, cristãos e marxistas empenham-se em movimentos de educação de adultos, enfatizando a importância da cultura popular. De acordo com Cunha e Góes (2002), alguns professores se propuseram a romper, ainda que aos poucos, com o conservadorismo do período e a pensar de forma destemida em

mudanças, afinal era preciso aprender com a realidade e trabalhar essa realidade em sala de aula.

Com a Constituição promulgada em 1988, o dever do Estado com a educação de jovens e adultos é ampliado ao se determinar a garantia de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (art. 208, inc. I).

Nos dias atuais a EJA é uma categoria organizacional constante da estrutura educacional nacional, com finalidades específicas. No entanto, o Brasil continua exibindo um número considerável de analfabetos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que no ano de 1996, 15.560.260 pessoas analfabetas na população de 15 anos de idade. Apesar da queda anual ainda é grande a existência de pessoas que não sabem ler ou escrever, sem falar, na população que não concluiu o ensino fundamental.

## **1.2 A legislação brasileira em relação à EJA**

O sistema educacional brasileiro está regido pela Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB nº 9.394, promulgada em 1996. Declara em seu artigo 1º que a educação abrange “os processos formativos”, que se desenvolvem em todas as instâncias da vida social. No inciso 2º expõe que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Tais princípios buscam, em termos legais, assegurar, o desenvolvimento humano, tendo como pressupostos básicos a liberdade e a solidariedade humana, seu preparo para o exercício da cidadania ativa, além de sua qualificação para o mundo do trabalho.

O artigo 2º deixa claro que “a educação, dever da família e do Estado (...) tem por finalidade o pleno desenvolvimento humano do educando”. Já o artigo 4º no inciso I- afirma que o “ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria”. No artigo 37º a lei se expressa com mais objetividade à educação de jovens e adultos e diz que “a educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. E expressa ainda nos incisos:

I – Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

II – O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Outro documento importante é o Parecer CNE Nº 11\2000 – CEB – Aprovado em 10\5\2000, que compõe as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Esse parecer traz como questão relevante as condições sociais adversas e as sequelas de um passado perverso. Uma dívida que o Brasil tem com uma parte significativa da população. Nesta ordem de raciocínio, a EJA, representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a escola e nem ao domínio da escrita e leitura, compreendendo que o não acesso ao letramento dificulta a conquista da cidadania plena. Suas raízes são de ordem histórico-social, como se encontra nesse Parecer:

No Brasil, esta realidade resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros. Impedidos da plena cidadania, os descendentes destes grupos ainda hoje sofrem as consequências desta realidade histórica. Disto nos dão prova as inúmeras estatísticas oficiais. A rigor, estes segmentos sociais, com especial razão negros e índios, não eram considerados como titulares do registro maior da modernidade: uma igualdade que não reconhece qualquer forma de discriminação e de preconceito com base em origem, raça, sexo, cor idade, religião e sangue entre outros. Fazer a reparação desta realidade, dívida inscrita em nossa história e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA porque reconhece o advento para todos deste princípio de igualdade.

Essa perspectiva de função reparadora é a oportunidade para estes jovens e adultos se sentirem de fato cidadãos respeitados e além do direito a uma escola de qualidade a um reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. A EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio, respeitando seu conhecimento, experiência e vida profissional. O Parecer também chama atenção para esse novo conceito de EJA, que não é apenas como um processo inicial de alfabetização, mas sim para formar e incentivar o leitor de livros e

das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania, pois tem diante de si pessoas maduras e com vivências diferenciadas. Sendo assim, o Parecer reitera: “Pode-se dizer que estamos diante da função equalizadora da EJA. A equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA ressaltam ainda a atenção que devemos ter com aspectos relacionados ao perfil do estudante jovem e adulto, como cansaço e fadiga, a flexibilidade curricular, que deve significar momentos de experiências diversas que estes alunos trazem na bagagem. Está explícito no capítulo 5º, parágrafo único:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Também a Conferência Internacional de EJA – 2010 em Belém – Confitea VI – Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos em abril de 2010, reforça a importância da qualidade, equidade e inclusão social na aprendizagem destes alunos, que buscam a educação ao longo da vida.

Apesar dos avanços na legislação, os desafios sociais e educacionais para este público ainda é grande, pois o campo da aprendizagem e educação de adultos permanece fragmentado. Ainda falta interesse e tempo para que as agendas políticas coloquem em prática a legislação, a fim de garantir de fato a escolarização para todos os brasileiros com qualidade no exercício da cidadania. Isso porque, em algumas realidades escolares e sociais, o papel e o lugar da aprendizagem ao longo da vida continuam a ser subestimados.

### **1.3 Histórico da EJA na escola pesquisada**

A escola pesquisada é uma instituição de ensino público, vinculada a sua mantenedora, a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

Essa escola localiza-se na periferia da cidade, no bairro Canudos, um dos maiores bairros do município. Encontra-se centralizada nesse espaço e recebe alunos de todos os lados e os itinerantes que vão surgindo nas proximidades. O fluxo de entrada e saída de alunos é grande chegando a ser problema para a formação de grupo em algumas turmas. Por outro lado, a escola recebe alunos filhos, netos e até bisnetos de ex-alunos, moradores antigos do bairro. É um grupo bastante heterogêneo, mas apesar disso, constata-se uma enorme preocupação com o ato de aprender. É possível destacar como aponta Freire (1996), que todos reconhecem que “a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

No ano de 2013, a escola completou 52 anos de história. Inaugurada em 1961 com apenas duas salas, foi acompanhando o desenvolvimento da cidade. O auge do aumento do espaço físico e do número de alunos ocorreu concomitante à explosão do calçado em Novo Hamburgo. Houve um tempo em que a escola chegou a ter 17 primeiros anos e no mesmo ano apenas dois quartos anos que era a série final. Os alunos deixavam a escola para trabalharem nas fábricas de calçado.

Atualmente a escola conta com 30 turmas no diurno e 7 turmas no noturno e tem em média 48 professores. O símbolo da escola é um avião que representa o sonho de uma escola com possibilidades de alcançar grandes voos. Por isso, na comunidade escolar, apresenta crescente importância, uma vez que, busca a cada dia ser referência político-pedagógica nesse espaço de construção de conhecimento. Em sua filosofia preconiza o desenvolvimento integral do sujeito, a prática da democracia, a formação da autonomia e da responsabilidade junto ao mundo.

A Educação de Jovens e Adultos iniciou no ano de 2005 na escola pesquisada em Novo Hamburgo, com uma única turma de alfabetização que corresponde a II etapa. Em 2006, teve uma III etapa que corresponde a 5ª série, três IV etapa que corresponde a 6ª série, duas V etapa que corresponde a 7ª série e uma VI etapa que corresponde a 8ª série, nesse ano de 2006, não teve turma de alfabetização. O atendimento ofertado pela escola foi ampliado nos anos consecutivos e hoje em 2013 conta com sete turmas sendo uma II etapa (que

corresponde as quatro primeiras séries), uma III etapa, uma IV etapa, duas V etapa e duas VI etapa. O ano letivo iniciou com mais ou menos 220 matrículas, sendo que no segundo semestre esse número caiu para 150 alunos. A evasão escolar é uma característica da modalidade de ensino na EJA. De modo geral, ela é causada pela dinâmica complexa da sociedade. Desse sistema estão amparados muitos fatores como a desigualdade social, que gera a falta de condições materiais para frequentar uma escola.

Diante desse cenário social, muitos alunos abandonam a escola pela necessidade de trabalho em um período que seria próprio para o estudo. Quando abandonam a escola e nem trabalho conseguem, a violência, como também reflexo desse sistema, acaba sendo uma perspectiva de vida para esses jovens marginalizados. Aliado a essas questões sociais, também a escola tem fechado as portas para esses jovens, quando não considera as diferentes realidades de seus alunos, partindo de pressupostos como o da igualdade, da meritocracia.

Viver na escola, sob o manto da igualdade de oportunidades e da ideologia da competitividade e meritocracia, experiências de diferenciação, discriminação e classificação, como consequência do diferente grau de dificuldade que tem para cada grupo social o acesso à cultura acadêmica, é a forma mais eficaz de socializar as novas gerações na desigualdade. Deste modo, inclusive os mais desfavorecidos aceitarão e assumirão a legitimidade das diferenças sociais e econômicas e a mera vigência formal das exigências democráticas da esfera política, assim como a relevância e utilidade da ideologia do individualismo, a concorrência e a falta de solidariedade (GÓMEZ, 1998, p. 21).

Nos propósitos dessa pesquisa, essa forma de fomentar a desigualdade pode ser sentida na falta de um currículo próprio que considere as especificidades dos alunos da EJA com objetivos específicos, pois a proposta curricular é a projeção destes objetivos sendo a concretização da posição da escola diante da cultura produzida pela sociedade (LIBÂNEO, 2008).

Para compreender mais a fundo o modo de como se organiza o currículo da escola pesquisada, convém antes abordar a estrutura da escola. Assim, a escola conta com doze professores, uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica, uma orientadora educacional. Convém salientar que a escola possui orientação e coordenação apenas desde 2012, desde então a equipe se mostra preocupada e

interessada, juntamente com os gestores em organizar um currículo para a EJA. A aula inicia às 19 horas, tendo uma tolerância de 10 minutos para eventuais atrasos. Antes desse horário é servido janta para alunos e professores. O término das aulas se dá às 22 horas. Das 18 horas às 18h45min, os professores se revezam em uma sala de aula, ficam a disposição dos alunos que precisam de uma explicação a mais, ou terminar algum trabalho.

As aulas presenciais acontecem de segunda-feira a quinta-feira, na sexta-feira as aulas são a distancia, com trabalhos a serem feitos em casa e entregues posteriormente. A legislação da EJA prevê que as aulas sejam ministradas 80% presenciais e 20% a distância, nas turmas por áreas. No currículo as aulas são 100% presenciais, sendo assim nas sextas-feiras, apenas a turma da II etapa tem aula na escola. Neste dia todos os professores fazem sua hora atividade e a professora do currículo faz na quinta-feira, enquanto seus alunos têm projetos de educação física, inglês e artes. Nas sextas-feiras também acontecem uma vez por mês reuniões pedagógicas na escola com todos os professores, nesse dia a II etapa tem trabalhos compensatórios.

Na turma da II etapa tem três inclusões, um aluno surdo, um aluno com deficiência mental e um aluno sem laudo, porém com muitas dificuldades de aprendizagem. A professora não tem apoio e está fazendo curso de LIBRAS para ajudar o aluno surdo, todos na sala estão conhecendo a linguagem de sinais. Em todas as turmas tem alunos com muitas dificuldades de aprendizagem, que vieram de outras escolas do diurno com defasagem de idade série, multi repetentes, baixa autoestima. A escola tem lista de inscritos que não conseguiram vaga em todas as etapas. O que fica evidente que a procura é grande por vagas, pois é a única escola do bairro e das imediações que tem EJA de ensino fundamental. O município tem apenas quatro escolas de EJA.

De posse desses dados históricos e dos marcos legais, parte-se para a análise do PPP, bem como a compreensão de currículo e de gestão da escola, conforme será abordado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 2**

### **A CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: QUAL O PAPEL DA GESTÃO ESCOLAR?**

Nesse capítulo vamos abordar o estudo do Projeto Político Pedagógico - PPP da escola pesquisada, sua reestruturação e concepções. A concepção de currículo para a EJA e a realidade destes educandos, bem como a importância de uma gestão democrática, preocupada com esta modalidade de ensino.

#### **2.1 Análise do PPP da escola pesquisada**

O Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada foi reconstruído no ano de 2012, por uma proposta da Secretaria Municipal de Educação. A partir dessa iniciativa da secretaria todas as escolas municipais foram convidadas a reconstruírem seu Projeto Político Pedagógico.

Segundo a LDB de 1996, a elaboração e a execução do Projeto Político Pedagógico consistem na primeira e na principal atribuição da gestão escolar. Um documento importante, considerado como o alicerce da escola, uma vez que através dele o espaço escolar ganha vida. Para Dourado (1998), a construção de um Projeto Político Pedagógico de uma escola é o ponto de partida para o estabelecimento de sua proposta, pois a sua construção implica no aprendizado do jogo democrático entre os vários interlocutores da escola.

Dentro deste contexto a escola pesquisada sentiu a necessidade de buscar uma proposta pedagógica mais coerente com a realidade em que está inserida, pensando numa gestão democrática e participativa. Com base no artigo de Vieira (2006), é ela que define os caminhos e os rumos que uma determinada comunidade busca para si e para aqueles que se agregam ao seu entorno.

Sendo assim, o Projeto Político Pedagógico foi construído com a participação das famílias, professores, alunos e funcionários. Para Barbosa (1999), a gestão

democrática implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores de serviços educacionais. Esse princípio da gestão democrática é fundamental para a elaboração do PPP. Assim, para contribuir na escrita do PPP, e para nortear às concepções presentes no documento a escola contou com a participação de diversos profissionais da educação, que dialogaram em diferentes momentos com a comunidade escolar.

Logo, a participação da comunidade é fundamental para a escola cumprir com sua função educativa. Imersa, como define Gómez (1998), na tensão dialética entre reprodução e mudança, a escola oferece uma contribuição específica. Ela parte da utilização do conhecimento, também social e historicamente construído e condicionado, como instrumento de análise “para compreender, para além das aparências superficiais do *status quo* real – assumido como natural pela ideologia dominante – o sentido das influências de socialização e os mecanismos explícitos ou disfarçados que se utilizam para sua interiorização pelas novas gerações” (p. 22). Para cumprir com a função educativa, a escola compreensiva, apoia-se na lógica da diversidade, e inicia seu trabalho pedagógico por diagnosticar as pré-concepções e interesses com que os alunos interpretam a realidade e decidem sua prática. Ao mesmo tempo, deve oferecer o conhecimento público como ferramenta inestimável de análise para provocar cada aluno a questionar, comparar e reconstruir suas pré-concepções, seus interesses e atitudes condicionadas, como ainda as pautas de conduta, induzidas pelo marco de seus intercâmbios e relações sociais. Ao referendar Bernstein, Gómez, expõe essa questão do seguinte modo.

A escola deve transformar-se numa comunidade de vida, e, a educação deve ser concebida como uma contínua reconstrução da experiência. Comunidade de vida democrática e reconstrução da experiência baseadas no diálogo, na comparação e no respeito real pelas diferenças individuais, sobre cuja aceitação pode se assentar em entendimento mútuo, o acordo e os projetos solidários. O que importa não é a uniformidade, mas o discurso. O interesse comum realmente substantivo e relevante somente é descoberto ou é criado na batalha política democrática e permanece ao mesmo tempo tão contestado como compartilhado. (1998, p. 25).

Provocar a reconstrução crítica do pensamento e da ação exige uma escola de vivência aberta a pareceres e a participação de todos na compreensão das formas de viver, das normas e padrões que governam a conduta e as relações dos sujeitos. “Apenas vivendo de forma democrática na escola se pode aprender a viver e sentir democraticamente na sociedade, a construir e respeitar o delicado equilíbrio entre a esfera dos interesses e necessidades individuais e as exigências da coletividade” (GÓMEZ, 1998, p. 26).

Os vestígios dos princípios democráticos estão presentes na escola pesquisada. Isso fica evidente nos objetivos que a escola traça em seu PPP. Nessa direção, a escola tem como objetivo geral: “Oportunizar a construção e socialização do conhecimento e das diferentes manifestações culturais, com enfoque no desenvolvimento de habilidades e competências, buscando a cidadania responsável e o direito à diversidade.” Na reconstrução do PPP, a escola elegeu seis concepções educacionais, são elas: concepção de escola, concepção de currículo, concepção de avaliação, concepção de inclusão, concepção de cidadão e concepção de gestão democrática. Tais concepções têm como objetivo orientar e balizar o trabalho educacional. Na concepção curricular a escola acredita que o currículo precisa estar “vivo”, ultrapassando a reprodução de informações e fazeres, para a socialização do conhecimento e da cultura através da pesquisa educativa, com enfoque no desenvolvimento de habilidades e competências. Uma proposta interessante para o desenvolvimento do educando, porém por nenhum momento referencia no currículo a EJA e suas especificidades, assim como o Laboratório de Aprendizagem e o Atendimento Educacional Especializado não contempla a Educação de Jovens e Adultos.

De acordo com o PPP, a escola acredita que nem sempre o sujeito de um modo geral foi reconhecido como alguém com direitos e deveres. E que hoje numa sociedade que busca a democracia, cada ser nasce amparado por essas oportunidades. Portanto, a escola como espaço de formação oportuniza o desenvolvimento e o exercício da cidadania, nas diferentes faixas etárias. É uma de suas atribuições promover cidadãos capazes de enfrentar o mundo contemporâneo, conscientes de sua história e cultura, de forma a afirmar a sua identidade, pois a escola está inserida num contexto de constantes transformações (políticas,

econômicas, éticas, ambientais e tecnológicas). De acordo com Veiga (1998), todo o projeto pedagógico da escola, é também um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de formação do cidadão para um tipo de sociedade.

O PPP foi um documento construído coletivamente, por toda a comunidade escolar, tendo como alicerce a 1ª Conferência Municipal de Educação que ocorreu em 2010, promovida pela Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo. Organizada pela Secretaria Municipal de Educação teve como objetivo debater com os profissionais da educação e da comunidade alguns princípios básicos da educação. A Conferência foi dividida em seis eixos: Conhecimento: Currículo, Tempos e Espaços na Escola; Avaliação; Gestão Democrática; Princípios de Convivência; Inclusão, Diversidade e Igualdade e Educação Ambiental e Sustentabilidade. Além disso, também foram abordados os aportes teóricos, a legislação vigente e a pesquisa socioantropológica que é realizada pelos professores e funcionários em visita à comunidade no início de cada ano letivo. Sendo assim, buscou-se em diferentes discussões coletivas um Projeto Político Pedagógico que estivesse alicerçado em princípios éticos, culturais, sociais, ambientais e tecnológicos, visando o respeito, à diversidade, à cidadania e uma educação de qualidade para todos.

Cabe ainda referendar que Paulo Freire, Celso Vasconcellos, Pedro Demo, José Clóvis de Azevedo são alguns dos autores que embasam teoricamente este documento, bem como a Conferência Municipal de Educação e a Política Nacional da Educação Inclusiva.

## **2.2 Concepção de currículo na EJA**

A concepção curricular é uma construção histórica que reflete nas transformações decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade em um determinado momento. Socialmente determinada, ela implica que a sua elaboração e prática sejam concretizadas em processos educativos que

correspondam às finalidades socioeducativas derivadas da realidade social e do desenvolvimento científico-tecnológico.

A nova LDB (Lei n. 9.394\96), em seu artigo 1º, refere-se aos princípios norteadores da educação e estimula a criação de propostas alternativas para promover a igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola. Essas orientações sugerem propostas pedagógicas concretas mais próximas da realidade dos educandos. Segundo Libâneo (2008 p. 168): “Enquanto projeção do projeto pedagógico, o currículo define o que ensinar, o para que ensinar, o como ensinar e as formas de avaliação em estreita colaboração com a didática”.

Sendo assim, a inserção dos jovens e adultos no processo de desenvolvimento como cidadãos produtivos e também preparados para fazer a leitura do mundo, demanda ações educativas que considerem a escolarização como instrumento indispensável à construção da sociedade democrática.

Dessa forma, o currículo está diretamente vinculado ao contexto social, cultural, político, ambiental e econômico, e é construído de forma dinâmica, participativa e responsável, procurando respeitar a diversidade, a cultura, o comprometimento ambiental responsável, a ética e a cidadania. Segundo Vasconcelos, (2009, p. 205):

O currículo não é, portanto, um processo mecânico natural, que se desdobraria automaticamente de si mesmo, a partir de definições dadas a priori; ao contrário é um construto humano, isto é, depende da atividade humana, que sem dúvida está sujeita às condições materiais e políticas, mas, sobretudo – enquanto características propriamente humanas – marcadas por sensibilidades, afetos, razões, projetos.

No entanto, em se tratando de EJA a construção e a vivência do currículo ainda é um grande desafio. Isso porque, em algumas realidades, a efetiva prática do currículo, como ainda a sua própria construção, está longe de contemplar as culturas experienciais dos alunos da EJA, que apresentam características distintas. Isso porque o educando jovem e adulto, por ser cidadão, a maioria trabalhadora, quer sentir-se sujeito ativo, participativo e ter possibilidade de crescer na cultura, no social e no âmbito econômico. Por isso a necessidade da EJA ter um currículo próprio, que

venha ajudar a fechar as lacunas desta modalidade, pois o currículo que temos hoje é engessado a todos os alunos, tal como expõe Cavalcante.

O currículo escolar foi compreendido e implementado como remédio. **Prescrito por alguns e administrado a todos os alunos**, a fim de transmitir conhecimento uniformemente, sem conhecer as diferenças estampadas entre os alunos. (2009, p. 14, grifos nossos).

Parte daí a pressuposição de que não é possível aceitar um único e fechado currículo para a EJA, como prescrito por uma minoria e que acaba servindo de modelo para ser aplicado nas diferentes realidades presentes em cada escola. Para além de bases prescritivas do currículo, convém cada escola construir um currículo compreensivo, que toma como base os conhecimentos, as concepções, os interesses e as preocupações vitais dos alunos da EJA e os lança a reconstruir esses saberes experienciais em saberes elaborados.

No entanto, tal demanda impõe um desafio: como construir um currículo que reconheça os tantos e tão diversos interesses presentes na complexa vida da aula e provocar a reconstrução crítica da cultura pública por parte do aluno da EJA? Para Gómez, esse desafio pode ser construído pela criação de um espaço compartilhado, que consiste em criar, mediante negociação aberta e permanente, um contexto de compreensão comum. Para isso, o professor precisa criar um espaço de diálogo na sua aula. Sua função consiste em trazer

[...] os instrumentos procedentes da ciência, do pensamento e das artes para enriquecer esse espaço de conhecimento compartilhado, mas nunca substituir o processo de construção dialética desse espaço, impondo suas próprias representações ou cerceando as possibilidades de negociação aberta de todos e cada um dos elementos que compõem o contexto de compreensão comum. Quando se substitui ou se restringe a negociação, se impõe a aprendizagem acadêmica à margem das exigências experienciais dos estudantes e se justapõe uma estrutura de aprendizagem, a acadêmica, que embora sirva para resolver os problemas da aula, não está conectada com os esquemas prévios dos alunos/as e nada pode na hora de provocar a reconstrução do conhecimento. (GÓMEZ, 1998, p. 64).

A criação do espaço de compreensão comum requer um ato de compromisso que envolve a participação por parte dos alunos da EJA e dos professores que

trabalham na EJA, num processo aberto de comunicação. Esse processo reconhece as diferenças bem como o caráter imprevisível dos processos pedagógicos, o que quebra com a ideia de um currículo padronizado, prescrito de modo uniforme para todos os alunos da EJA.

O espaço educativo deve provocar novos desafios à vida do aluno. Dessa forma a organização curricular deve ter um contorno mais flexível, fazendo um acompanhamento que vá além da mera assistência das aulas. Ao contrário, necessita buscar proporcionar novas práticas, que busque conhecimentos e saberes entre o próprio grupo, respeitando seus conhecimentos.

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles tem como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? (FREIRE, 2002, p. 33).

A organização curricular precisa passar pelo reconhecimento dos educandos, de seus modos de vida, de suas culturas, de sua condição de trabalhadores assalariados, do mercado informal, de desempregados, de adolescentes que estão buscando o primeiro emprego. Para inibir as discriminações sociais, étnicas, de gênero e de tantas outras que chegam às escolas e que reforçam a exclusão e a evasão escolar desses alunos.

Construir uma EJA, que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos, implica pensar sobre as possibilidades de transformar a escola em uma instituição aberta ao diferente. Nesse caso, partem de uma concepção que valoriza os interesses dos alunos, seus conhecimentos e expectativas, como ainda busca criar uma cultura da participação, que respeite seus direitos em práticas e não somente em enunciados de programas e conteúdos. Essa reconfiguração da EJA passa pelo reconhecimento de considerar os alunos da EJA como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem.

Tal redimensionamento do currículo da EJA repercute na formação crítica e política, o que estimula a transformação de uma sociedade mais humana, mais solidária, com cidadãos conscientes de suas responsabilidades, possibilitando que a mesma se torne mais digna, humanitária, democrática e autônoma. Freire (1996) enfatiza a importância de o educador conhecer o processo da aprendizagem e de olhar para os alunos como seres humanos em desenvolvimento.

É primordial pensar em possibilidades de um futuro mais promissor para todos aqueles que encontram nessa modalidade educativa, muitas vezes a última chance de escolarização. Sendo assim, a EJA necessita de um currículo que propicie aos alunos condições para desenvolverem seus estudos de forma que possam inserir-se na sociedade através do trabalho e do exercício da cidadania,

valorizando as aprendizagens significativas, o aporte cultural de cada pessoa e comunidade e incentivando a solidariedade.

Sendo assim, é fundamental pensar nos alunos da EJA, que são em sua maioria trabalhadores, desempregados, donas de casa, jovens desacreditados, com defasagem na aprendizagem, idosos, portadores de deficiências especiais, entre outros. Isso implica na construção de um currículo que venha ao encontro das necessidades desses educandos. São alunos com suas diferenças culturais, étnicas, religião, crenças, com vivências e experiências próprias. Para esses alunos a escola deve ser um espaço de transformação social e reconstrução de conhecimentos. Caso não se respeite essas especificidades dos alunos da EJA, pode-se incorrer no risco de tornar a população da EJA invisível, como defende Andrade (2004). Por isso, é fundamental olhar para esses sujeitos, dar visibilidade e pensar em práticas pedagógicas em que o ponto de partida seja suas experiências de vida e o ponto de chegada, a reconstrução crítica dessa experiência.

O aluno da EJA, assim como os outros, traz para o espaço educacional suas vivências, seus valores e concepções construídas socialmente, que constitui sua aprendizagem experiencial que ele aprende em casa, no seu bairro, nos meios de comunicação, entre outros. É regada sob essa cultura cotidiana que o aluno chega à escola. Compete, portanto, a escola levar em conta essa bagagem e pensar numa proposta curricular que venha ao encontro destas especificidades e elaborar propostas pedagógicas que buscam aliar a cultura experiencial com a cultura escolar, usufruindo da autonomia e de iniciativas próprias. Tal proposta pedagógica se pauta na dimensão compreensiva da aprendizagem, em que o aluno, ao confrontar sua experiência com o trabalho escolar, busca reconstruir sua experiência, suas concepções, seus valores. Essa ideia segue orientada pela proposta defendida por Gómez e busca utilizar pedagogicamente a potencialidade das “disciplinas e da cultura pública para, mediante um processo de diálogo e negociação, provocar a reconstrução das pré-concepções do aluno a partir do conhecimento de seu estado de desenvolvimento, suas preocupações e seus propósitos” (1998, p. 62). O objetivo não é a aquisição da cultura adulta, mas a reconstrução, em alguma medida sempre incerta, das pré-concepções do aluno.

### **2.3 A importância da gestão escolar no currículo da EJA**

A gestão escolar tem como finalidade organizar a escola, no âmbito pedagógico, administrativo, financeiro em articulação com a comunidade escolar. A direção da escola, além de ser uma das funções do processo organizacional, é um imperativo social e pedagógico (LIBÂNEO, 2008, p. 140). Sendo assim, a escola está aí para promover o desenvolvimento das potencialidades dos alunos e sua formação crítica. Seu objetivo primordial, portanto, é o ensino e a aprendizagem que acontece pelas atividades pedagógicas, curriculares que são viabilizadas pela organização escolar e de gestão.

Legalmente, tendo como base a LDB, sabemos que as políticas públicas e a gestão da educação devem garantir a todos as mesmas oportunidades de ensino e de aprendizagem, de modo a possibilitar seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Porém, a questão do direito envolve a condição democrática, valor assumido pelas sociedades contemporâneas em processos de lutas da igualdade entre seres humanos (PAIVA, 2006, p. 1). Na educação, de uma forma geral, o direito e o exercício democrático têm sido permanente temas em disputa. Especificamente na EJA, a história registra os movimentos de negação e exclusão com esses sujeitos.

Em muitas escolas, os alunos da EJA com necessidades especiais, por exemplo, não contam com um profissional na Sala Multifuncional, nem acompanhamento psicológico, ou atendimentos especializados. Dessa forma, a gestão escolar na EJA, realiza um trabalho solitário e precisa estar atenta da importância do seu papel, e programar ações que promovam a melhoria no ensino de sua comunidade. Nessa direção, podem-se exemplificar projetos que se encaixem dentro do horário dos alunos, pois não podem vir em turno oposto, porque trabalham, por exemplo. A escola pesquisada tem um Regimento Escolar para Educação de Jovens e Adultos aprovada em 2008. No entanto, não apresenta Planos de Estudos, e o Projeto Político Pedagógico não prevê ações direcionadas à EJA, tampouco um currículo próprio. Em reuniões bimestrais com a mantenedora, as equipes de escolas de EJA do município estão estudando para reelaborar o Regimento Escolar e, consecutivamente, em reuniões com todos os professores de EJA, como ainda elaborar os Planos de Estudos e rever os PPPs das escolas. A

proposta é interessante, porém caminha a passos lentos e enquanto as reuniões não acontecem cada escola trabalha como acredita ser o melhor para sua comunidade, com suas limitações, porém os professores trabalham com vontade de fazer sempre o melhor:

Para a sociedade, e para trabalhadores em educação, a democracia da e na escola é o único caminho para reconstruir a escola pública de qualidade. Os dirigentes políticos não negam teoricamente esse caminho, mas na prática, apresentam um projeto de gestão de acordo com a agenda neoliberal, inviabilizando a reconstrução de uma escola pública de qualidade para todos. (BASTOS, 2002, p. 9).

Dessa forma percebe-se que a gestão escolar democrática, passa por muitos entraves, porém precisa estar atenta da importância de sua função dentro do espaço escolar, criando condições e pensando em ações que promova a melhoria no ensino de sua comunidade. Mobilizar as forças participativas para que num processo, a longo prazo, possa articular com seu grupo docente um trabalho pedagógico, como prática social e de um ensino-aprendizagem com a qualidade que os alunos merecem.

A gestão escolar representa a escola pública num contexto de democracia, com seus princípios e valores democráticos, asseguram direitos a todos os participantes da comunidade escolar, tais como a igualdade de acesso e permanência na escola e a igualdade de participação e de oportunidades de vida. Pensando na realidade de muitas escolas que trabalham com a EJA, ainda parece utópico, devido a tantas necessidades encontradas e descaso dos governantes com essa modalidade. No entanto, precisamos lutar por uma escola melhor que venha ao encontro das necessidades destes alunos que fazem parte desta sociedade.

A escola não pode ser totalmente negada em nossa sociedade, por outro lado, porque a população em geral também a considera necessária e a reclama como obrigação do Estado. Quer em virtude da ideologia dominante, que apresenta a escola como instrumento de ascensão social, quer em virtude do próprio interesse pessoal de elevação cultural, via educação formal, a frequência à escola é um valor que se generalizou na sociedade capitalista moderna, tornando-se aceito mais ou menos intensamente em todas as camadas da população. (PARO, 2002, p. 111).

É sob essa perspectiva que a gestão escolar se fortalece com a participação de todos os envolvidos no processo educacional. O trabalho coletivo e participativo de toda a comunidade escolar representa uma ruptura com a cultura autoritária excludente que marcou a escola brasileira por muitos anos.

Desse modo, entende-se que o mundo está sempre em movimento e que precisamos tomar decisões, senão é provável que alguém as tome por nós. Para escolher e decidir por nós mesmos é preciso aprender a pensar. Ao buscar juntamente com a comunidade escolar, construir um Projeto Político Pedagógico que inclua a Educação de Jovens e Adultos, um currículo que contemple as especificidades desses alunos e um Plano de Estudos que valorize suas experiências e vivências, poderemos estar criando um espaço de qualidade para estes alunos. Ao assumir um papel de mediador na construção das relações interculturais, o professor promove processos de interação, respeitando os saberes e autonomia dos educando. Freire (2002, p. 66) observa que: “O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Partindo desse princípio, é possível construir na escola um espaço de conhecimento, cuja base é a prática da linguagem por sujeitos caracterizados por uma historicidade, subjetividade e individualidade inerente a cada ser humano.

## **CAPÍTULO 3**

### **A GESTÃO E A DIMENSÃO COMPERENSIVA DO CURRÍCULO NA EJA: PARA ALÉM DAS BASES PRESCRITIVAS**

O terceiro capítulo tem por finalidade descrever a metodologia da pesquisa e análise do resultado da pesquisa sobre o tema investigado.

#### **3.1 Metodologia de pesquisa**

Entre as várias possibilidades de pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, pois o tema abordado não pode ser mensurado, está ligado diretamente ao universo de pessoas que buscam um futuro melhor, aspiram sonhos e uma vida mais digna. Nesse contexto, demonstrou ser a mais adequada para este estudo.

A abordagem qualitativa possibilita a utilização do estudo de caso, opção feita para a condução desse trabalho, pois se constitui num estudo aprofundado de um tema. Nesse sentido, conforme Minayo (2010), o tema pode ser indivíduos, programas, instituições ou grupos. Ao iniciar um estudo de caso o pesquisador deve analisar com cuidado as informações, os dados das entrevistas, questionários, documentos e dados relativos sobre o caso em questão.

Esta pesquisa tem como tema a concepção de currículo na EJA do Ensino Fundamental e se deu na cidade de Novo Hamburgo/RS, numa escola municipal localizada na periferia da cidade. Para buscar respostas a questionamentos importantes acerca do ponto de vista de professores e alunos da EJA é preciso analisar se o currículo está vinculado aos saberes dos alunos. Para isso, é preciso romper com o currículo que não corresponde às necessidades dos alunos da EJA. Conforme Freire (2002), não é possível respeitar os educandos, a sua dignidade, ao seu ser formando-se, a sua identidade, se não levar em consideração as condições em que eles vêm existindo e a importância dos conhecimentos que eles trazem de casa. É preciso repensar o currículo de forma prática e autônoma.

Sabemos que o ciclo de uma pesquisa nunca se fecha. Toda a pesquisa produz conhecimentos e termina com novos questionamentos que sempre poderão ser aprofundados em outros momentos.

### **3.2 Sistematização reflexiva das concepções sinalizadas pelos professores**

O instrumento de pesquisa usado foi o questionário. Cinco educadoras de diferentes áreas e a coordenadora da EJA, responderam as questões. Importante salientar que todos os profissionais tem formação na sua área de atuação. Participaram da pesquisa: a professora de alfabetização, a professora de inglês da 5ª e 6ª série, a professora de ciências da 5ª à 8ª série, a professora de português da 6ª à 8ª série, a professora de educação física que trabalha com todas as turmas da alfabetização à 8ª série e a coordenadora da EJA.

Cada educador respondeu as quatro questões que se encontravam em um guia de perguntas. Entre as principais vantagens do questionário, podemos destacar as seguintes: a possibilidade de acesso a uma grande riqueza informativa, a de o investigador esclarecer alguns aspectos no seguimento da entrevista e a de fazer o investigador refletir sobre o assunto por outro ponto de vista que não seja o seu.

As questões abordadas foram as seguintes:

1. O PPP da escola prevê um currículo para a EJA?
2. De que forma a escola trabalha o currículo na EJA?
3. Quais são as prioridades curriculares da EJA?
4. A escola realiza reuniões de estudos e debates entre a gestão escolar? De que forma?

Conforme visto, a construção de um currículo para a EJA impõe à escola avaliar o perfil de seus alunos. Se o desafio da escola é aliar a cultura experiencial do aluno com a cultura escolar de modo que o aluno reconstrua seus saberes, como se tece esse desafio para a EJA? Como a escola constrói o currículo para a EJA? A escola pesquisada está abraçando essa causa?

No empenho em buscar uma resposta a essas questões que conduziram ao interesse e a justificativa a pesquisar esse tema, entrevistamos alguns sujeitos com

o propósito de investigar a concepção de currículo que a escola pesquisada desenha no seu PPP para a EJA. A tentativa se voltou para lançar algumas pistas dessa temática para o campo da EJA.

Sobre a construção do PPP da escola e se este prevê um currículo para a EJA foi possível depreender que a escola pesquisada carece de um currículo para a EJA. Essa questão fica exemplificada na resposta de todos os entrevistados que foram unânimes em dizer que não, “a escola não tem um currículo para a EJA, as disciplinas são adaptadas do currículo regular”, expõe uma das entrevistadas. Uma entrevistada coloca que “a EJA é contemplada dentro do PPP, porém sem um currículo específico”. As razões dessa carência de um currículo específico para a EJA podem estar ligadas à falta de um olhar da gestão, pois na EJA não existe um tempo de preparo para elaborar Planos de Estudos e, em virtude disso, o currículo da EJA segue adaptado aos moldes do currículo regular. No entanto, conforme expõe Andrade (2004), “os conteúdos curriculares precisam ser pensados no contexto da identidade e das aspirações dos diversos sujeitos da EJA”.

O trabalho com o currículo da EJA de acordo com os entrevistados demanda flexibilidade, buscando partir dos conteúdos do diurno e ajustando à realidade e as necessidades dos alunos do noturno. Dito de outro modo, deve partir da valorização da bagagem que cada um traz consigo, procurando trabalhar os conteúdos equivalentes às séries regulares, a fim de manter a continuidade entre as etapas. Refletindo sobre as respostas dos professores, percebe-se que, embora a EJA não tenha um currículo próprio, os profissionais se preocupam em manter uma linha de trabalho que favoreça a aprendizagem crítica, compreensiva e articulada dos alunos. Percebe-se também que os professores direcionaram suas respostas somente sobre o conteúdo de ensino não citando outros aspectos como projetos, organização da gestão, partindo do pressuposto que currículo não é somente conteúdos e demanda toda uma organização pedagógica. A gestão está iniciando, juntamente com a mantenedora, através da reconstrução do Regimento Escolar da EJA e, conseqüentemente, da revisão dos PPPs.

Prosseguiu-se o questionário com a terceira questão que trata sobre as prioridades curriculares na EJA. Os professores acreditam que o letramento é importante baseado em práticas sociais da vida do educando e a matemática, é o

“saber pensar”. Também pensam que as prioridades do currículo na EJA precisam ser pensadas em articulação com a realidade dos alunos da EJA para evitar as evasões. Isso pode ajudar os estudantes da EJA a sentirem-se motivados. Para isso, é fundamental que os conteúdos sejam ajustados às condições e necessidades dos alunos, aos seus conhecimentos e profissões. Os sujeitos entrevistados compreendem o aluno da EJA, como alguém que necessita de autoestima e valorização. Andrade (2004) traduz essa ideia do seguinte modo: aos sujeitos desta modalidade cabe construir uma EJA que produza seus processos pedagógicos, considerando quem são esses sujeitos e pensar sobre as possibilidades de transformar a escola em uma instituição que valorize seus interesses. É pensar no currículo como um todo, como o coração da escola, na formação de cidadãos, preparando-os para o mundo do trabalho e para a formação crítica e não somente ligado aos conteúdos.

Os educadores em sua maioria concordam que as prioridades curriculares da EJA, estão intrinsecamente ligadas à formação crítica dos sujeitos, proporcionando aos alunos condições de se sentirem inseridos na sociedade. Andrade coloca (2002, p. 3):

A educação básica deverá propiciar aos alunos condições para desenvolverem seus estudos de forma que possam inserir-se na sociedade através do trabalho e do exercício da cidadania. Há regras comuns para o Ensino Fundamental e Médio, mas há margem para as adequações e novas construções em nível local. A legislação que hoje regula a área apresenta suficiente abertura para uma prática diferente.

No decorrer do trabalho lançou-se a ideia de que os princípios da gestão democrática se pautam na participação de toda a comunidade escolar. Sob esse pano de fundo, é ponderável questionar: de que forma a gestão articula o currículo na EJA? Como ela mobiliza a comunidade para construir o currículo para a EJA? Os encontros pedagógicos se voltam para repensar o currículo da EJA? Será que a EJA está na pauta desses encontros? Será que é necessário rever seu currículo, a avaliação, os métodos, a teoria e a prática pedagógica para a EJA? Na resposta a essas questões, a última questão trata das reuniões de estudos na escola, se acontecem essas reuniões de estudo e debates. Os entrevistados foram unânimes ao responder que sim, que são reuniões de estudos importantes entre equipe

diretiva e professores. Essas reuniões são mensais e iniciaram neste ano de 2013 e tem colaborado positivamente para a prática pedagógica e utilizam-se filmes, textos para fomentar as discussões sobre temas relevantes. Outro fator importante é que as reuniões servem para manifestar as angústias e opiniões, em busca da melhor forma para contribuir com a aprendizagem dos alunos e procurar apoio para tomada de decisões em conjunto, como criar o Grêmio Estudantil em 2014. Nesses encontros também são debatidas as questões relacionadas às dificuldades encontradas pelo grupo de educadores em trabalhar com o aluno da EJA. É importante salientar que o trabalho da equipe diretiva na EJA é recente, pois apenas em 2012, a EJA conta com orientação e coordenação.

A gestão democrática busca criar um centro aberto ao diálogo, em que colaboram os membros mais ativos da comunidade para recriar a cultura. Se, para aprender é necessário viver, logo, viver democraticamente significa participar e reconstruir de modo cooperativo, a fim de encontrar alternativas para os problemas sociais e individuais.

A participação de toda a comunidade nas reuniões de estudo dos professores e da equipe diretiva possibilitaria colocar em prática o espaço compartilhado, que consiste em criar, mediante negociação aberta e permanente, um contexto de compreensão comum, conforme defendido por Gómez (1998). Tal proposta ativaria a comunidade de vida democrática e a possibilidade de reconstruir a experiência com base no diálogo, na comparação e no respeito real pelas diferenças individuais, sobre cuja aceitação pode se assentar em entendimento mútuo, o acordo e os projetos solidários. Isso tudo na tentativa de edificar a função educativa da escola, que consiste em provocar a reconstrução crítica do pensamento e da ação. A vivência aberta a pareceres e a participação de todos na compreensão das formas de viver, das normas e padrões que governam a conduta e as relações dos sujeitos, possibilitaria também redimensionar o currículo para a EJA. A reconfiguração do currículo para a EJA passa pela vivência de um espaço de compreensão comum e implica na participação por parte dos alunos da EJA, dos professores e da equipe diretiva que trabalham na EJA, num processo aberto de comunicação. Nesse caso, para além de bases prescritivas do currículo, a escola buscaria construir um currículo compreensivo, que toma como base os conhecimentos, as concepções, os

interesses e as preocupações vitais dos alunos da EJA e os lança a reconstruir esses saberes experienciais em saberes críticos.

Ao término da pesquisa percebe-se que a escola, embora não tenha ainda um currículo específico para a EJA, trabalha numa perspectiva de aproximar o aluno do espaço escolar. A equipe diretiva embora ainda se apropriando dessa modalidade compreende que muito ainda precisa ser feito para que a gestão se torne democrática e que os alunos da EJA, tenham seus direitos reconhecidos. Os professores juntamente com a equipe diretiva buscam alternativas para melhorar o trabalho pedagógico pensando na qualidade da aprendizagem crítica destes alunos. Percebe-se também a preocupação dos educadores em ajustar os conteúdos para promover a compreensão e se aproximar da realidade destes educandos. Apesar de não terem formação específica de EJA, compreendem que os alunos encontram nessa modalidade educativa, muitas vezes, a última chance de escolarização.

### **3.3 Sistematização reflexiva das visões apontadas pelos alunos**

A entrevista realizada com os alunos se deu primeiramente com uma conversa informal sobre as questões. Foram dez alunos entrevistados, dois por turma, abrangendo todas as etapas da EJA. Após explicar aos alunos o objetivo da pesquisa foram colocadas quatro perguntas por meio de data show:

1. Qual a importância da escola em sua vida?
2. Você acha que os conteúdos que aprende na escola são importantes para a sua vida?
3. O que você gostaria de aprender na escola?
4. Quais suas sugestões para a escola melhorar o ensino na EJA?

As respostas foram registradas pelo pesquisador e mediante a conversa percebe-se que a escola tem uma grande importância na vida destas pessoas, por diferentes motivos: porque não tiveram oportunidade de estudar na idade certa, porque tiveram que trabalhar desde muito cedo, porque casaram e tiveram filhos, porque o esposo não permitia e também porque não conseguiam aprender e iam para a escola para bagunçar. A escola tornou-se o único espaço, onde os alunos

depositam a confiança de dias melhores para suas vidas e das pessoas que amam, pois sem estudo não conseguem trabalho digno. Fica evidente aqui a importância atribuída à escola pelos sujeitos entrevistados. Isso aponta para a necessidade de políticas públicas que primam pela valorização da escola, no sentido de equipá-las com uma boa infraestrutura, com condições materiais e humanas, com qualificados programas de formação continuada para os professores, com a valorização da carreira do magistério para que eles possam promover uma educação cultural, entre outros aspectos.

Um dos entrevistados de quinze anos, responde que:

...antes a escola não tinha importância, pois não aprendia, não entendia as explicações dos professores, por isso bagunçava, mas na EJA é diferente, estuda com alunos mais velhos e os professores tem mais paciência, agora gosto de vir para a escola.

Este aluno entrou este ano de 2013 na escola e está na 5ª série (III etapa).

Uma entrevistada de cinquenta e um anos, não teve oportunidade de estudar na idade própria, pois morava no interior e depois teve que trabalhar para sustentar os filhos. Sempre teve vontade de estudar e acredita que a escola é a única forma de ter uma vida melhor. Esta aluna está desde 2012 na escola, na turma de alfabetização, que corresponde às quatro primeiras séries. Este ano foi promovida da 5ª série para a 6ª séries (respectivamente III e IV etapa).

A segunda pergunta questiona se os conteúdos que aprendem na escola são importantes para sua vida. Os alunos não tem uma opinião formada sobre o assunto, os mais velhos acreditam que sim, porém associam os conteúdos à metodologia tradicional de escrever e ler muito. Os alunos da alfabetização, quando questionados se por vezes os textos e algumas atividades não são um pouco infantilizadas, concordam que sim, porém não sabem como poderia ser diferente. Os mais jovens pensam que os conteúdos são importantes, mas questionam que muitas coisas que aprendem não utilizam e às vezes as aulas são chatas, porém não sabem definir quais conteúdos são importantes e quais são dispensáveis.

A escola tem o papel de formar para o mundo do trabalho e para a vida. Além de ensinar a ler e escrever, de formar para uma profissão, também tem a função de

formar o sujeito para compreender o mundo. Não pode ficar presa a uma dimensão cognitiva, isto é, ensinar português, matemática, entre outras matérias, mas também promover uma formação crítica. Com a EJA, esse objetivo da escola não é diferente, pois os alunos trazem suas vivências, sua bagagem cultural, suas necessidades específicas que precisam ser respeitadas e o currículo precisa permear nestes caminhos para fazer sentido para os educandos da EJA.

A terceira pergunta questiona o que o aluno gostaria de aprender na escola, as respostas foram mais variadas. Os alunos da alfabetização mais velhos sonham em aprender a ler, para terem mais autonomia na sua vida diária e ler a bíblia. Os adultos gostariam de aprender conteúdos e assuntos que estivessem ligados ao mercado de trabalho e aprender a “mexer” no computador. No entanto, essa expectativa formativa da tecnologia fica limitada, pois a escola não tem um profissional no Laboratório de Informática a noite para auxiliar o professor e os alunos. Os professores que dominam a tecnologia acompanham os alunos até o Laboratório de Informática, porém nem todos os educadores se sentem seguros para realizar atividades no Laboratório. Os adolescentes independentes da série colocam que gostariam de aprender assuntos mais interessantes, pois, às vezes, as aulas são sem graça não dá vontade de vir para a escola. Contudo, elogiam os professores e dizem que todos são legais e gostam da interação com os colegas. Sugerem mais aulas no Laboratório de Informática e educação física. Esta questão aponta também para a questão da evasão escolar que é uma realidade grave na EJA. Como cita Andrade “de um modo geral os sujeitos da EJA são tratados como massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionado diretamente ao chamado fracasso escolar” (2004, p. 1).

Todos os alunos da EJA, independente das razões iniciam na escola com o objetivo de concluir seus estudos e aprender algo que realmente faça a diferença na sua vida. São pessoas que estão em busca de conhecimentos que vão lhe ajudar no seu trabalho, na vida em sociedade e até com as suas famílias, a educar e ajudar seus filhos com deveres de casa. Para tanto, é preciso adotar estratégias e estar atento para a demanda destes alunos tão especiais e ajudá-los hoje, pois eles vivem o presente.

A quarta pergunta questiona sugestões para melhorar o ensino na EJA. Os alunos colocam como primeira sugestão os professores não faltarem tanto. Alguns reclamam que tem professores que faltam o que acaba prejudicando sua aprendizagem, embora os alunos não sejam dispensados quando falta professor, pois a escola conta com professor de apoio. Também gostariam de professores para a biblioteca e para o laboratório de aprendizagem e aprender mais sobre assuntos que fazem parte do seu cotidiano. Citaram como exemplo a enchente que aconteceu no mês de agosto e deixou muitos colegas desabrigados. Mais uma vez a necessidade de investir na qualificação dos professores. De propiciar a eles tempo para se dedicarem a um trabalho engajado na EJA. Mas como, se os professores trabalham o dia inteiro? Muitos deles, além do trabalho de 40 h semanais ainda se envolvem com trabalhos extras (no período diurno, nos finais de semana) para auxiliar na renda familiar. Ficam cansados, pois perdem horas em deslocamento da casa para o trabalho e vice-versa. E para aqueles que buscam se qualificar e sobra tempo somente nos finais de semana? Esses elementos contemporâneos que caracterizam as sociedades complexas e que refletem, sem dúvida, na qualidade do trabalho pedagógico do professor e, conseqüentemente, na qualidade da formação dos alunos da EJA.

Ao final da entrevista percebe-se que os alunos da EJA, não tem uma identidade específica, pois como são grupos muito heterogêneos com realidades, experiências, vivências e idades diferentes de uma forma geral se conformam com o que a escola oferece. Não tem grandes aspirações profissionais e a maioria não sabe se vai continuar estudando depois que terminar o Ensino Fundamental. A gestão da escola, no caso da EJA, ainda concentrada nos professores e na equipe diretiva, busca trabalhar as questões e necessidades da escola em reuniões pedagógicas. Essa equipe de gestão, também participa de reuniões com a mantenedora e outras escolas do município que tem EJA, onde estão reestruturando o Regimento Escolar para em seguida cada escola elaborar seu currículo específico e dar identidade a essa modalidade de ensino. É urgente construir uma EJA, que produza seus processos pedagógicos, que valorize os interesses e expectativas de seus alunos, ensinando-os a pensar, se valorizar enquanto pessoa e que percebam seus direitos enquanto cidadãos para que possam acreditar no seu potencial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho podemos considerar que a Educação de Jovens e Adultos que teve seu início na década de 40 - centrada inicialmente na alfabetização e, com o passar dos anos, tratou de abarcar todo o ensino fundamental e médio, vem crescendo consideravelmente nas escolas. No entanto, ainda há muitas mudanças a serem realizadas, para que realmente aconteça um ensino e uma aprendizagem com qualidade. Embora as Políticas Públicas direcionadas à EJA, assim como a LDB assegurem esse direito, na prática ainda há muito para melhorar. Como exemplos disso, é possível citar a falta um currículo adequado, que venha ao encontro desse público diferenciado, que busca sua escolarização e uma aprendizagem além de conteúdos. Essa questão toca na relação do indivíduo com a sociedade onde está inserido e que muitas vezes não a reconhece. São pessoas que estão atrás de um tempo perdido, onde adolescentes, jovens e adultos se encontram numa especificidade cultural e histórica de vivências e experiências diferenciadas. E tentam se reestruturar e serem reconhecidos como cidadãos pertencentes de uma sociedade e não como sujeitos invisíveis. (ANDRADE, 2004, p. 1).

No decorrer da pesquisa constatamos que os professores que trabalham com a EJA, não participam de formação continuada, pois a mantenedora não está oferecendo estes estudos. Outro entrave que percebemos, é a falta de um currículo adequado para esta modalidade. Dessa forma esbarramos nesses e em outros desafios, que precisam ser pensados e reestruturados como o Projeto Político Pedagógico que não prevê uma concepção de EJA na escola e tampouco Planos de Estudos específicos.

A gestão da escola trabalha numa perspectiva de aproximar não somente os conteúdos, mas todos os projetos que acontecem no espaço escolar, trazendo palestrantes, realizando visitas, passeios e filmes que faça parte do contexto das aulas e das necessidades dos alunos. Se respeitar as características desses alunos da EJA, pode realizar os necessários ajustes para que os educandos participem e se sintam parte da escola. A gestão acredita que embora ainda não tendo um currículo

específico, é importante um olhar diferenciado para estes alunos, pois é parte da comunidade onde a escola está inserida e será através de suas necessidades, de suas vivências e participação que o currículo será construído. Esse reconhecimento é o primeiro passo para a mudança.

Após o término do Regimento Escolar que está sendo estudado e reelaborado por todas as escolas de EJA do município, juntamente com a mantenedora, a gestão terá como meta a reestruturação do Projeto Político Pedagógico inserindo a EJA, dentro deste documento norteador da proposta pedagógica. E aposta numa qualidade de ensino para este público tão heterogêneo, com ações mais objetivas direcionadas a esses alunos.

Em conversas informais com professores percebe-se o interesse e o prazer que sentem em trabalhar com essa modalidade de ensino em querer ajudar mais esses alunos e a frustração de muitas vezes não conseguir alcançar a todos. Colocam a importância das reuniões pedagógicas realizadas na escola, dos desabafos, das trocas de experiências e ideias, assim como as tomadas de decisão e os conteúdos a serem trabalhados sempre em consenso com a equipe diretiva. Percebemos que os profissionais estão envolvidos com o processo educacional e fazem parte das decisões coletivas, porém sentem a necessidade de uma formação continuada e troca de ideias e experiências com outros profissionais que trabalham na EJA e de estudos direcionados a este público. A mantenedora não dispõe de formação continuada e nem de grupos de estudos para estes profissionais, ainda não tem um representante legal da Secretaria de Educação que responda por esta modalidade. Percebe-se assim que embora a EJA exista desde a década de 40, e na escola pesquisada desde 2005, ainda não está tendo um olhar digno de sua trajetória e da importância que tem para os alunos que estudam na EJA.

Legalmente, a escola é um espaço e um tempo de produção de conhecimentos, que surgiu para possibilitar o livre acesso e a igualdade de condições a todos os alunos, oportunizando a educação para todos e se responsabilizando pelo conhecimento formal dos conteúdos, além de primar pela cidadania, desenvolver no aluno o pensamento crítico, de questionar, gerar e resolver conflitos. Contudo, quando falamos na EJA, nos deparamos com mazelas ainda não resolvidas pelas autoridades competentes e, mais do que isso, um

descaso com essa modalidade, que fica totalmente na responsabilidade das escolas, que tem pouco ou quase nenhum apoio das esferas superiores.

Ao final dessas reflexões convém expor que este estudo não tem a pretensão de esgotar as questões levantadas aqui, apenas relatar uma pesquisa realizada numa escola de EJA, na cidade de Novo Hamburgo/RS. E, quem sabe, desacomodar as autoridades, gestores e profissionais da educação a refletirem sobre a urgência de uma proposta pedagógica que faça a diferença para estes sujeitos que tem na EJA, sua última chance de escolarização. Acreditamos que é através da educação que podemos contribuir para um mundo melhor, onde as pessoas possam construir suas vidas com bases sólidas, exercitando o pensamento, com diálogo e respeito à vida, um direito de todos os cidadãos. Como coloca Gadotti, (1990, p. 261): “A escola é peça importante na conquista do poder autônomo, cultural, social e político”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Entre a Ciência e a Sapiência** – O dilema da educação. São Paulo: Loyola, 1999.

ANDRADE, Eliane Ribeiro. **Os sujeitos educandos na EJA**. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar e aprender por toda a vida. Boletim, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.com.br/salto/boletins2004/eja/index.htm>>. Acesso em: 04 set. 2006.

\_\_\_\_\_.A aprendizagem escolar: da didática operatória à reconstrução da cultura na sala de aula.In:SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P.**Comprender e transformar o ensino**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. p. 53-65. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

AZEVEDO, José Clóvis. **Os desafios na escola**. Porto Alegre: Ed. Universitária Metodista/ IPA, 2010.

BARBOSA, Jane Rangel Alves. Administração pública e a escola cidadã. **ANPAE**. v. 15, n. 2. Porto Alegre, 1999.

BASTOS. João Baptista. (Org.). **Gestão Democrática**. 3. ed. Rio de Janeiro: SEPE, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1998.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação: **Lei nº 9.394\96**. 20 dez. 1996.

CAVALCANTE, Márcia H. **Revista Mundo Jovem em Jornal de Ideias**. 47 ed. Nov. 2009. Porto Alegre: Pucrs, 2009.

**Conferência Internacional de EJA**. 2010. Belém – Confitéa VI – Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos.

DEMO, Pedro. **Educar pela Pesquisa**. São Paulo: Campinas, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A escolha dos dirigentes escolares: políticas de gestão da educação no Brasil**. In FERREIRA, Naura Syria C. São Paulo: Cortez 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996 e 2002.

EMEF. Senador Salgado Filho. **Projeto Político Pedagógico**. Novo Hamburgo, 2012.

\_\_\_\_\_. **Regimento Escolar Parcial Padrão para Educação de Jovens e Adultos**. Novo Hamburgo, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Uma só Escola para Todos: Caminhos da autonomia escolar**. Petrópolis: Vozes, 1990.

GÓMEZ, A. I. P. **As Funções Sociais da Escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência**. In: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. **Compreender e transformar o ensino**. Tradução Ernani F. da Fonseca Rosa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 13-26.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo, Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão:** teoria e prática. Goiânia: MF Livros, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. São Paulo: Vozes, 2010.

NOVO HAMBURGO. **1ª Conferência Municipal de Educação. 2011.** Disponível em <<http://conferenciaedu.novohamburgo.rs.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

PAIVA, Jane. Direito à educação de jovens e adultos: concepções e sentidos. In: 29 ANPED, 2006. **Anais...** Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT18-2553--Int.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2013.

PARO V. **Administração Escolar:** introdução crítica. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PARECER CNE Nº 11/2000 – CEB – Aprovado em 10/05/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA. ANO 2000.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Salto para o Futuro – **Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

SCHEIBEL, Maria Fani. LEHENBAUER, Silvana. (Org.) **Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos.** Porto Alegre. Pallotti, 2006.

VASCONCELOS, Celso dos S. Currículo: a atividade humana como princípio educativo. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola:** uma construção possível. 7 ed. São Paulo: Papirus, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas e Gestão da Educação Básica.** In: IV Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste e V Encontro Estadual de Política e Administração da Educação do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A – ENTREVISTA PARA GESTORES**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

PESQUISADOR: SUELI TERESINHA DA SILVA

### **ENTREVISTA PARA GESTORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Prezado (a) Professor (a):

Sou aluna do Curso de Gestão Educacional, na modalidade a distância, da Universidade Federal de Santa Maria e estou desenvolvendo uma pesquisa com a finalidade de analisar o currículo na EJA. Para tanto, solicito a sua colaboração respondendo e a uma entrevista, por escrito, de modo a contribuir para a produção acadêmica.

Para a preservação de sua identidade, os dados recolhidos serão usados conforme os padrões éticos, que norteiam a pesquisa acadêmica, regulamentados pelo Comitê de Ética da UFSM.

1. O PPP da escola prevê um currículo para a EJA?
2. De que forma a escola trabalha o currículo na EJA?
3. Quais são as prioridades curriculares da EJA?
4. A escola realiza reuniões de estudos e debates entre a gestão escolar? De que forma?

Obrigada.

## **ANEXO B – ENTREVISTA COLETIVA PARA ALUNOS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

PESQUISADOR: SUELI TERESINHA DA SILVA

### **ENTREVISTA COLETIVA PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

1. Qual a importância da escola em sua vida?
2. Você acha que os conteúdos que aprende na escola são importantes para a sua vida?
3. O que você gostaria de aprender na escola?
4. Quais suas sugestões para a escola melhorar o ensino na EJA?

Obrigada.